



GT 05. Antropologia da Biomedicina

Coordenador(es):

Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde coletiva)

Ednalva Maciel Neves (PPGA/UFPB)

Sessão 1 - Biosaberes e biopolíticas

Debatedor/a: Débora Allebrandt (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 2 - Adoecimentos, sistemas e cuidados em saúde

Debatedor/a: Cíntia Liara Engel (UnB)

Sessão 3 - Narrativas de parto, violência obstétrica e outras afetações

Debatedor/a: Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este Grupo de Trabalho dá continuidade ao diálogo iniciado na III Reunião de Antropologia da Saúde, realizada em Natal/2019, desvelando uma experiência rica de pesquisadores brasileiros que apresentaram etnografias com temas instigantes calcadas em técnicas de pesquisa já consagradas e /ou inusitadas e questões reflexivas de pesquisa. Assim, a proposta é ampliar e aprofundar essa discussão a partir de trabalhos etnográficos sobre a medicina ocidental, a biomedicina, como campo de investigação, envolvendo a produção de conhecimento e tecnologias biomédicas, assim como seus efeitos na experiência coletiva e pessoal. Desta forma, o enfoque é sobre a complexa trama contemporânea do bio: mercados, tecnológicas, interpretações, apropriação de saberes e práticas, direitos e ativismos. Dentre as reflexões, pensamos em dialogar acerca: construção do saber profissional sobre o corpo, definições sobre saúde e doença, questões éticas relacionadas às biotecnologias, cuidado humanizado, comportamentos dos/das pacientes em relação à busca de diagnósticos (testes genéticos, diagnósticos por imagens) e tratamentos (tecnologias reprodutivas, cuidados paliativos) relação médico/a-paciente e diálogos com outras racionalidades terapêuticas. Igualmente contamos com os aspectos políticos, econômicos e éticos que podem animar esses debates.

?Violência Obstétrica?: perspectivas em disputa.

Autoria: Stephania Gonçalves Klujnsza (sem vínculo)

Até 2012 não havia um termo específico para designar as experiências consideradas ruins e/ou traumáticas que as mulheres poderiam experimentar no parto. Foi a partir de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010, na qual uma em cada quatro mulheres afirmou ter experimentado situações consideradas ?ruins? no parto, que impulsionou a discussão acerca do assunto. Com a popularização do ideal do parto humanizado e da medicina baseada em evidências, certas práticas passaram a ser questionadas na assistência ao parto. Busco apresentar a construção da ideia de ?violência obstétrica?, que qualificou as experiências de parto e atribuiu dimensão moral às situações que, até então, eram compreendidas como normais ao processo de nascimento. Assim, configura-se uma nova dimensão moral para o processo de parturição. A ?violência obstétrica?, passa a ser compreendida como ?violação dos direitos humanos? e torna-se um campo de disputa que mobiliza médicos e pacientes. De um lado, temos o grupo composto por mulheres, ativistas e médicos que a partir do ideário do parto humanizado passam a compreender a experiência do parto de forma resignificada, buscando legitimar a ideia de ?violência obstétrica? e combatê-la. De outro lado, o grupo dos médicos e suas autarquias que, ao verem suas práticas questionadas pela ideia de ?violência obstétrica?, a rejeitam por compreenderem que não faz parte da prática médica causar dano ao



paciente de forma intencional, e enxergando que a ?violência obstétrica? é um termo ?antimédico?. Em 2019, essa discussão se expande para as esferas públicas quando o Ministério da Saúde não reconhece a ?violência obstétrica?, se recusando a utilizar o termo em qualquer material emitido pelo governo, por compreender que trata-se de ?ideologia?, limitando-se a falar em ?abusos, desrespeito e maus tratos?, para qualificar qualquer situação que afete os direitos das mulheres durante o parto. O objetivo do presente artigo é apresentar as questões ditas acima, a partir do material produzido em campo entre 2014 e 2018, que resultou em minha tese de doutorado em Antropologia pelo PPGA-UFF (KLUJSZA, 2019).



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: